

APRESENTAÇÃO

Este dossiê divulga as contribuições de pesquisadores brasileiros e franceses reunidos no acordo de cooperação científica internacional Capes-Cofecub, no desenvolvimento do projeto intitulado **Trabalho no Brasil e na França. Sentido das mudanças e mudanças de sentido**. Participam desse projeto professores e pesquisadores vinculados, institucionalmente, na França, ao *Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris* (CRESPPA/ CNRS); e, no Brasil, à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O referido acordo articula, sociologicamente, as pesquisas em três eixos: primeiro, a recomposição do papel do Estado; segundo, gestão e organização do trabalho moderno; e terceiro, os movimentos sociais, formas de resistência e consentimento no trabalho. Indaga-se quais são, como se dão e quais os sentidos das mudanças ocorridas nas últimas décadas no mundo do trabalho. Para tanto, as análises realizadas por pesquisadores brasileiros e franceses evidenciam o papel do Estado, nas décadas recentes, com relação às mudanças no mercado, na organização e nas relações de trabalho.

A articulação entre as esferas pública e privada, num processo denominado modernização, indica, nas diferentes pesquisas, que as desigualdades se aprofundam em diferentes perspectivas. O processo de precarização do trabalho em curso é evidenciado sob diferentes ângulos, e se traduz num movimento de concentração de renda e na perda de direitos garantidos pelas Reformas Trabalhistas no Brasil e na França. Em diferentes graus, é possível apreender as desigualdades observadas nas relações de classe, de gênero, de raça/cor, bem como a articulação das emoções e o processo de adoecimento vinculados ao trabalho (ou à sua ausência).

Similitudes podem ser observadas entre uma série de características das mudanças nas relações de trabalho nos dois países, que ocupam lugares diferenciados na economia mundial, com histórias que guardam singularidades.

Em diferentes perspectivas e a partir de diferentes temas, os artigos que compõem este dossiê trazem análises sobre as transformações na divisão sexual do trabalho profissional face aos processos de informalidade e precariedade do trabalho, destacando a consubstancialidade entre as relações sociais de classe, gênero, raça,

migrações, entre outras (Helena Hirata, Barbara Castro e Maria Rosa Lombardi); na mesma direção e na perspectiva das emoções, questiona-se a mobilização emocional do trabalho e seu mal-estar, bem como a organização e a gestão do trabalho contemporâneo, colocando em evidência as relações subjetivas no trabalho e as potencialidades de resistência (Aurélie Jeantet e Régine Bercot); as grandes tendências e orientações sobre as formas de racionalização da organização do trabalho e das subjetividades (Aparecida Neri de Souza, Selma Venco e Roberto Heloani). Para tanto, três pesquisas francesas e cinco brasileiras trazem contribuições que representam diferentes temporalidades..

Helena Hirata – *A divisão internacional do trabalho, precariedade e desigualdades interseccionais* – recoloca a questão da divisão sexual do trabalho profissional e doméstico no contexto das crises econômicas e da deterioração das condições sociais de trabalho nos hemisférios Norte e Sul. A hipótese primordial é a de que o desenvolvimento do trabalho doméstico remunerado e do trabalho de cuidados, nos últimos anos, não é apenas fruto do aumento do trabalho remunerado das mulheres e nem do aumento da população de idosos nos países industrializados, mas também é consequência da expansão dos empregos precários e do desemprego. Exemplificando, a autora discorre sobre o trabalho de cuidado realizado principalmente por mulheres, negras e pobres, a partir do paradigma interseccional. A discussão das matrizes teóricas deste paradigma será objeto das considerações da autora, igualmente.

Bárbara Castro – *Feminizando chefias? Uma análise da dinâmica da divisão sexual do trabalho no setor de TI* – discute a divisão sexual do trabalho no setor da tecnologia da informação no artigo. A histórica associação entre tecnologia e masculinidade explica a baixa representatividade de mulheres no setor (20%) e sua segregação em funções *soft*, principalmente funções de gestão, análise e administração, enquanto que na programação e na engenharia, os homens prevalecem. A autora levanta a hipótese inicial de que os estereótipos de gênero estão na base do movimento aparentemente contraditório que alia, de um lado segregação horizontal e, de outro, oportunidades para desempenhar atividades de comando e chefia, estas naturalizadas como de maior aptidão feminina. Longe de ser uma ruptura na divisão sexual do trabalho, esse fenômeno reproduz concepções de gênero internamente à própria hierarquia da área, embora não deixe de significar oportunidade de “agenciamento” para as mulheres.

Maria Rosa Lombardi e Veridiana Campos – *Enfermagem no Brasil e os contornos de gênero, raça/cor e classe social no campo profissional* – realizaram uma análise da bibliografia nacional sobre o trabalho de enfermagem, através de buscas em bancos de dados especializados – com destaque para o *Banco Virtual de la Salud-BVS*. O artigo discute as três principais profissões do campo da Enfermagem – *enfermeiros/as de nível superior, técnicos/as em enfermagem e auxiliares de enfermagem* –, com o objetivo de conhecer a configuração histórica da sua organização, desde o Brasil colônia. O estudo demonstrou que, neste campo profissional predominantemente feminino, houve a apropriação das hierarquias de poder e de prestígio construídas em torno de relações sociais de sexo/gênero, raça/cor, classe social e qualificação pré-existentes na sociedade brasileira, numa configuração que perdura até os dias de hoje. Desenhou-se uma divisão técnica interna do trabalho que impõe desigualdades de oportunidades nas carreiras de diferentes mulheres, revelando, assim, um processo de dualização ou bipolarização do trabalho feminino no campo profissional.

Régine Bercot – *As relações de sexo/gênero no estudo do mal-estar no trabalho: quais contradições, quais perspectivas?* – analisa o “mal-estar no trabalho” sob a perspectiva das relações de gênero, enfocando particularmente as vivências femininas no trabalho. As conhecidas dificuldades que as mulheres enfrentam em determinadas áreas de trabalho, como a ausência de reconhecimento da sua capacidade, as interdições à ascensão profissional, além das repercussões da divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo sobre suas carreiras, também podem ter efeitos sobre sua saúde. Estes, contudo, não estão ainda devidamente visíveis e estudados. Dependendo do sentido que os/as atores/atrizes dão às relações e às situações encontradas no trabalho, eles/elas poderão sentir esse mal-estar em nível mais superficial e encontrar meios para ultrapassá-lo, ou desenvolver patologias psíquicas em resposta a sofrimentos mais profundos. Segundo Régine Bercot, a presença de interações preditivas, instrumentalizadas em uma relação de poder nos locais de trabalho e no âmbito das profissões, pode, em maior medida, conduzir ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do/a trabalhador/a.

Aurélie Jeantet – *Emoções críticas: da crise à resistência* – retoma a questão das emoções, entendendo que, como produto da subjetividade, elas permeiam toda a atividade humana, aí inclusas as relações de trabalho. O controle das emoções humanas no trabalho esteve colocado historicamente no capitalismo e tem sido objeto de estudo da Sociologia do Trabalho. Desde os anos 1980, tem-se demonstrado que a

intensificação do trabalho e a reestruturação das empresas promovem uma “carga emocional” negativa que, muitas vezes, adocece o/a trabalhador/a; nas atuais sociedades de serviços, observa-se a seleção de algumas emoções dentro de uma cultura empresarial que estimula a sua expressão, seguida de sua instrumentalização segundo lógicas mercantis. A autora alerta para a imprevisibilidade das emoções e para seu potencial transformador, já que sendo “movimento e relação” é mutável, podendo ser sentida como sofrimento, mas também como resistência no trabalho.

Roberto Heloani – *PDV: violência e humilhação* – retoma a problemática da saúde e da doença dos/as trabalhadores/as tratada nas conferências de Régine Bercot e Aurélie Jeantet. O autor reflete sobre a influência das formas de organizar o trabalho naqueles processos e vai discutir o fenômeno dos suicídios nos locais de trabalho, ocorrências relativamente recentes, surgidas na década de 1990 no Ocidente. Não por acaso, os suicídios se multiplicaram concomitantemente aos recorrentes processos de reestruturação e de reengenharia implantados em empresas públicas e privadas, de médio e grande porte, sob a inspiração da ideologia neoliberal. No decorrer do artigo, o autor comprovará a relação entre alguns programas de reestruturação aplicados pelos departamentos de recursos humanos e as “duas ondas de suicídios” registradas no setor bancário brasileiro, entre 1993 e 2005. Heloani lembra que, mesmo sendo o suicídio um fenômeno ainda não compreendido em sua totalidade e complexidade, ele se vincula às mudanças impostas à organização do trabalho que enfatizam o aumento do controle sobre o trabalho e o/a trabalhador/a e a busca de patamares cada vez maiores de produtividade e de desempenho empresarial.

Aparecida Neri de Souza – *Trabalhar na universidade pública no Brasil, lugar de trabalho, qual trabalho?* – analisa as transformações no trabalho, nas relações e nas condições de trabalho dos professores e pesquisadores em três universidades públicas paulistas, no âmbito das políticas públicas universitárias de inspiração liberal conservadora que têm sido implantadas desde meados dos anos 1990 no país. A sua pesquisa revelou que os novos parâmetros de gestão e produtividade adotados têm tido implicações negativas na vida universitária, levando, por um lado, à flexibilização dos contratos, da jornada e dos tempos de trabalho e, por outro, incidindo sobre a qualidade da produção científica, que tem sido colocada em segundo plano frente à ótica produtivista que enfatiza a quantidade.

E, finalmente, **Selma Venco** – *Uberismo: a quasi-uberização dos docentes paulistas* – focaliza as alterações da política educacional concernente à contratação de

professores da educação básica que atuam no Nível Fundamental II e no Nível Médio nas escolas estaduais paulistas. Sob a influência da política denominada Nova Gestão Pública, estatísticas e documentos oficiais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo já demonstravam, desde 1999, o aprofundamento da precarização e da flexibilização das relações de trabalho dos docentes, com a adoção de outros tipos de contratos além do concurso público, como a contratação de estudantes de graduação para dar aulas, por exemplo. Tomando o neologismo “uberismo”, como a expressão máxima da precariedade objetiva do trabalho, a autora compara práticas dessa organização do trabalho com as aplicadas à contratação de parcela dos docentes da rede paulista, e questiona se a organização do trabalho dos docentes paulistas não poderia ser também identificada como uberismo.

O conjunto dos artigos que compõem esse dossiê referem-se a contextos nacionais, entretanto, as pesquisas nos possibilitam o desenvolvimento de pesquisas comparativas internacionais, mesmo porque se referem a fenômenos sociais que podem ser observados na França e no Brasil, ainda que com características e intensidades diferenciadas.

ORGANIZADORAS

Aparecida Neri de Souza

Socióloga, professora no Departamento de Ciências Sociais e Educação, da Faculdade de Educação, UNICAMP. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diferenciação Sociocultural (GEPEDISC), linha de pesquisa Trabalho e Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Pesquisadora associada na equipe Genre Travail Mobilités (GTM) do Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (CRESPPA/CNRS). Pesquisadora PQ/ CNPq. Membro da diretoria da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). Membro da Coordenação Brasileira da Rede Latinoamericana de Estudos sobre Trabalho Docente (Redestrado). Coordenadora brasileira do Acordo de cooperação científica internacional Capes-Cofecub – *Trabalho no Brasil e na França. Sentidos das mudanças e mudanças de sentido*. Desenvolve pesquisas sobre relações de trabalho no setor público, trabalho docente, sociologia do trabalho e da educação.

Maria Rosa Lombardi

Socióloga, pesquisadora na Fundação Carlos Chagas, pesquisadora associada no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diferenciação Sociocultural (GEPEDISC), UNICAMP. Pesquisadora associada na equipe Genre Travail Mobilités (GTM) do Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (CRESPPA/CNRS). Pesquisadora do Acordo de cooperação científica internacional Capes-Cofecub – *Trabalho no Brasil e na França. Sentidos das mudanças e mudanças de sentido*.

Desenvolve investigações na área da Sociologia do trabalho, com ênfase em Estudos de Gênero sobre as temáticas: mercado de trabalho, divisão sexual do trabalho, profissões científicas e tecnológicas, engenharia, arquitetura e construção civil, feminização de profissões masculinas, Forças Armadas.

Contatos:

Aparecida Neri de Souza – aneriouza@uol.com.br.

Aurélie Jeantet – aurelie.jeantet@free.fr.

Bárbara Castro – bacastro@gmail.com.

Helena Hirata – helenahirata99@gmail.com.

Maria Rosa Lombardi – mrlombardi455@hotmail.com.

Régine Bercot – reginebercot@gmail.com.

Roberto Heloani – rheloani@gmail.com.

Selma Venco – selmavenco@uol.com.br.

Veridiana Parahyba Campos – veridianacampos01@gmail.com.